

## Quem é internacional na imprensa brasileira? Um debate sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff sob uma perspectiva decolonial

*Who is international in Brazilian press? A debate on Dilma Rousseff's impeachment process from a decolonial perspective*

Clara Bezerril CÂMARA<sup>1</sup>  
Diego Granja do AMARAL<sup>2</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo discutir a produção de sentido na imprensa brasileira e sua relação com notícias estrangeiras. Para tanto, tomamos como referência a cobertura jornalística do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que suscitou ampla cobertura na mídia estrangeira. Como esteio metodológico, recorreremos principalmente ao conceito de sul global, a fim de pensar as relações entre saberes hegemônicos e subalternos no jornalismo, e ao método arqueológico adotado por Foucault (1971). Pretendemos discutir o argumento de que a produção de saber nos principais periódicos brasileiros se dá de forma que não apenas reforça as relações de colonialidade do poder no país, como também contribui para uma desarticulação deste em relação a parceiros do “sul global”.

**Palavras-chave:** Imprensa. Dilma Rousseff. Sul global.

### Abstract

The present paper aims to discuss the meaning making processes in the Brazilian press in relation to foreign news. In order to do so we analysed the, the impeachment process of the president Dilma Rouseff has been taken into account, which received broad attention of the international press. From a methodological point of view, this article builds upon the concept of global south, to think the relations between subaltern and hegemonic knowledge in journalism, and the archeological method as adopted by Foucault (1971). Therefore, it is our intention to bring to light the argument that the meaning making in Brazilian main newspapers not only reinforces the colonial power, but also, contributes to a disarticulation of the relations between the country and other global south partners.

**Keywords:** Press. Dilma Rousseff. Global south.

---

<sup>1</sup> Doutora pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora de pós-doutorado (bolsista Capes Brasil/Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação) no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep). E-mail: clarabcamara@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor pela Universidade Federal Fluminense. Membro da rede: Futures under construction in the Global South. E-mail: diegoamaral000@gmail.com

## Introdução

Neste artigo propomos uma reflexão acerca do lugar ocupado pela imprensa internacional nos discursos do jornalismo brasileiro, pensando a partir da perspectiva decolonial. Especificamente, voltamos nossa atenção para o lugar de fala da imprensa brasileira, com o propósito de revelar as implicações de se tomar a imprensa internacional - porém de partes específicas do globo - como voz partícipe de uma narrativa sobre a política nacional. Para tanto, adotaremos como referência teórica o conceito de sul global (*Global South*) conforme exposto por Levander e Mignolo (2011).

O termo, segundo Mignolo e Levander, é “um conceito geopolítico que vem substituir o termo terceiro mundo” (idem, p.3). Trata-se também de abrir mão de uma perspectiva epistêmica reforçadora da subalternização do chamado “sul global” que, como sugere Resende (2014, p.3), “prevaleceu na produção de conhecimento sobre o mundo como um sistema bipartite”. Em um aprofundamento a respeito desta mesma noção, John Comaroff explica que sul global, mais que a demarcação geopolítica, trata-se de um signo relacional que, em certos contextos, pode ser largamente imaginativo, funcionando como uma referência conceitual metafórica para a relação de alteridade com a América do Norte e a Europa (COMAROFF, 2015).

A escolha deste conceito, portanto, faz parte da estratégia deste trabalho de cartografia das manifestações da presença da colonialidade em relação ao poder no pensamento jornalístico brasileiro. Em alinhamento com Comaroff (2015), adotamos o termo enquanto expressão plástica, capaz de abrigar um projeto estético e epistemológico que visa pensar os países periféricos em sua relação para com aqueles que representam a centralidade do poder.

Nesta medida, o termo é adotado a fim de reivindicar a possibilidade, e necessidade, de um pensamento “do sul”, periférico, como alternativa ao poder hegemônico concentrado nos grandes centros do “norte global”. No caso deste artigo, isto é feito pela via da crítica à construção da verdade nos principais periódicos brasileiros. Enfatizamos aqui a relatividade das posições norte-sul, uma vez que, conforme notaremos neste trabalho, trata-se mais de uma relação entre lugares de fala

do que propriamente de posições geográficas, ainda que estas últimas se mostrem cruciais para nosso argumento.

Tomando como base de análise as referências à imprensa estrangeira nas narrativas jornalísticas produzidas por setores hegemônicos do jornalismo brasileiro, propomos a seguinte questão: qual a posição do jornalismo brasileiro em relação à produção de saber sobre o próprio país e em relação aos jornais estrangeiros. Mais especificamente, o que fazem os maiores jornais do Brasil diante do exercício de pensar o momento crítico do impeachment de Dilma Rousseff? Como lidam esses jornais com a crítica internacional, que neste caso, teve proporções globais gerando manifestações sobre o tema ao redor de todo planeta.

A fim de desenvolver a problematização proposta, nos debruçamos sobre as narrativas construídas em torno do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, nos periódicos Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. Para a análise do material, foram coletadas matérias sobre o tema em questão com referência à cobertura do caso em jornais estrangeiros. Assim, o recorte temático abrange o impeachment desde o momento de seu início político, com a abertura do processo em 2 de dezembro de 2015, até 13 de maio de 2016, dia seguinte à entrega da notificação que afastaria Rousseff da presidência por até 180 dias, para julgamento.

Diante desse *corpus*, trabalharemos com a hipótese de que o jornalismo brasileiro recorre ao saber estrangeiro, mais especificamente do chamado “norte global”, para a construção e legitimação de seu discurso. Seguindo o raciocínio apresentado na hipótese, trata-se menos de um olhar para o Outro enquanto parâmetro e mais de uma busca pela conformidade em relação ao eixo de produção de conhecimento assumido como canônico por esses veículos.

De forma complementar, pretendemos verificar os mecanismos pelos quais esse discurso é apropriado nas narrativas brasileiras. Assim, interessa questionar se o jornalismo brasileiro reconhece na imprensa americana e europeia um discurso legítimo, a ponto de reproduzi-lo sem questionamentos aprofundados. Na medida em que se discutam tais questões, pretendemos colocar em pauta a histórica condição de subalternidade de países latino-americanos sob o viés de uma imprensa hegemônica que, em certo grau, abre mão de seu direito e poder de fala para dar voz à perspectiva estrangeira, ainda que também na medida de seus interesses. Trata-se, pois, de uma escolha pelo reforço à colonialidade em detrimento de um projeto de pensamento

independente do modelo colonial. Por colonialidade, aqui, entendemos uma dominação do imaginário e da produção dos países colonizados que se opõe à colonização propriamente dita e que ocorreu de forma direta e coercitiva (MIGNOLO, 2007).

Por outro lado, não se trata aqui apenas de apontar que a apropriação do estrangeiro sem problematizá-la indica uma relação de subalternidade, afinal tal postura pode ser encarada como uma defesa da mítica objetividade e imparcialidade jornalística. Mas, além de uso acrítico, a referência ao que dizem os jornais internacionais expõe um forte indício de que a narrativa estrangeira assume um caráter validativo de um posicionamento já existente por parte do veículo. Ademais, é notável que o termo “internacional” se aplique de forma quase que exclusiva a países do chamado “norte global”, ignorando de forma deliberada, ou não, a maior parte do planeta. E é aí, argumentamos, que se revelam indícios de subalternidade e colonialidade.

Ao usar um discurso estrangeiro para reforçar suas convicções, o jornalismo brasileiro se coloca como personagem secundário de sua própria trajetória, como incapaz de construir uma narrativa propriamente nacional. Consequência indireta disto é também a difícil posição de criticar o colonizador, uma vez que este é também o paradigma da verdade. Essa argumentação encontra indícios em duas bases: 1) na geografia das menções que o jornalismo brasileiro desenvolve em seus periódicos, configurando o que chama de “imprensa internacional”; 2) na forma como ocorrem as apropriações das notícias produzidas no exterior. Dessa forma, interessa-nos observar quem são os atores internacionais autorizados a falar, além de perceber como o jornalismo brasileiro se apropria do discurso internacional “válido” nas suas narrativas jornalísticas, a fim de compreender por que elas acontecem e como significam.

## **1 Narrativas jornalísticas, subalternidade e produção de sentido**

Para este trabalho, interessa-nos particularmente observar como essas referências às narrativas estrangeiras são feitas pela imprensa brasileira, em um momento de crise política, a fim de fazer emergir uma reflexão sobre os significados que atravessam essas apropriações. Assim, olhamos para a presença do jornalismo estrangeiro como Outro espectral, ideia recorrente na imprensa brasileira.

De forma mais específica, argumentamos que a imprensa do “norte global”, aparece como instância validadora do pensamento produzido pelos jornais brasileiros,

atuando como legitimador último do que é ou não Verdade. Cabe também apontar aqui para o fato de que o “norte global” aqui descrito se refere a produções hegemônicas nos próprios países centrais. Ou seja, há uma dupla hegemonia a ser desvelada. Não apenas os grandes centros da América do Norte e Europa constituem lugares de fala poderosos, como também algumas de suas publicações se mostram de interesse para o jornalismo brasileiro. Não se trata, portanto, de meras assimilações de “verdades” estrangeiras. E sim, principalmente, de uma seleção de fontes cuja legitimidade passa pelo duplo crivo de centralidade e hegemonia.

Nesta medida, trata-se de investigar as condições de possibilidade onde se configura o jornalismo impresso no Brasil e, de forma indireta, o pensamento da mídia sobre o próprio país. O outro espectral ao qual nos referimos aqui seria, portanto, a memória de um país colonizado cujo sistema de pensamento se coloca em posição subalterna em relação às grandes potências econômicas e culturais do chamado “norte global”. De forma igualmente relevante, note-se que este recurso, utilização do meio como validador, não é adotado em favor de jornais de países da América Latina ou África, reforçando a noção de oposição entre um “norte” e um “sul” simbólicos e coloniais.

## **2 Entre rastros e vestígios, corpos espectrais na imprensa brasileira**

Continuamos esta análise propondo um alinhamento com a concepção de rastros enquanto elementos constitutivos do discurso. Para tanto, primeiramente, destacamos o distanciamento da ideia de que um rastro é um caminho facilmente deduzido a partir de restos que foram propositalmente deixados para trás; um caminho secundário que leva a um ponto principal, que não é nunca o próprio rastro. Aqui, aproximamo-nos da noção de rastro enquanto partícipe deste caminho e sendo tão protagonista quanto seu, digamos, objetivo final.

Assim, acreditamos, apoiamos a tentativa de desempenhar o papel de “narrador autêntico”, como propôs Gagnebin (2006), ao referir-se à sugestão de Walter Benjamin, juntando os resquícios deixados pelas fontes oficiais de informações, pelas histórias e trajetórias tidas como legítimas. Desse processo, espera-se, surgem novas histórias, são revelados detalhes – aparentemente – insignificantes, mas que são capazes de

transformar a leitura de alguns acontecimentos, ou, ao menos, considerar novos elementos em sua constituição.

No nosso caso, portanto, os rastros devem recompor a história da narrativa das relações de poder colonial na imprensa brasileira sob o ponto de vista do episódio emblemático de um processo de impeachment presidencial. Isto tudo com o objetivo de compor um olhar quase cartográfico do que sejam as influências sobre o pensamento brasileiro e o que este considera legítimo, irrelevante ou mesmo inexistente.

Seguindo os rastros que nos são apresentados pelo *corpus*, buscamos escolhas de direcionamento e de enquadramento, mas também a partir de fragmentos de memórias de outras épocas e situações, e de silêncios. Em nosso caso, tais rastros se manifestam particularmente pela composição do que se convencionou chamar de “imprensa internacional” esse outro fantasmático que parece expressar as vontades dos centros do poder sobre os destinos da sociedade brasileira através de seu jornalismo. A exemplo da arqueologia foucaultiana, pretendemos compreender as relações entre os vestígios deixados pelas falas presentes nos textos colhidos, assim como as ausências notáveis no mesmo agrupamento.

Não obstante, cabe ressaltar que a presença deste outro espectral no eixo deste trabalho se dá sob a égide e editoria de três grandes jornais brasileiros, todos sediados no eixo Rio-São Paulo, onde se concentra o poder discursivo-midiático no país. Este é igualmente o eixo de produção de saberes dominantes que, através dos jornais contribui para uma dupla inscrição do poder.

Afinal, trata-se não apenas dos interesses do que Mignolo (2003) chamaria de sistema mundo colonial moderno que emana, em nosso corpus, dos grandes centros político-financeiros dos Estados Unidos e Europa na forma de jornais como New York Times, The Guardian e Financial Times. Trata-se também de pensar uma segunda inscrição, na forma como os interesses e formulações de tais periódicos são apropriados e trazidos como legitimadores de pensamentos e práticas do poder ancorado na geografia local. Ou seja, mais que um aceite dos interesses estrangeiros, há um alinhamento entre as histórias do capital global e local nas formulações discursivas do jornalismo.

Deste modo, tendo em vista a importância dos vestígios para nossa análise, em algumas passagens da análise faremos referência às narrativas jornalísticas no caso do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, ocorrido no país em 1992. Tais

narrativas, embora não façam parte do nosso *corpus* de pesquisa, serve-nos de peças que fortalecem nosso argumento, na medida em que ambas as narrativas de impeachment se encontram em nosso tempo presente, uma na forma de acontecimento outra como uma presença espectral.

Não se trata, portanto, de um trabalho comparativo entre dois períodos - cujos contextos sociais, culturais, econômicos e mesmo políticos são significativamente distintos -, mas de reforçar certos indícios e operações que apontam para um padrão de comportamento por parte do jornalismo brasileiro. Nesse sentido, as vozes do passado surgem como ilustrações para pensar sua relação histórica com o jornalismo brasileiro.

Isto posto, cabe também ressaltar que a presença do pensamento “internacional” não é aqui percebida como heterônima em relação jornalismo brasileiro, mas antes, um componente estruturante da produção de notícias locais, ao menos em relação a grandes eventos. Embora que naturalmente, neste trabalho, isto só pode ser apontado na forma de indícios verificados em relação a uma sucessão particular de acontecimentos. Acreditamos, contudo, que a magnitude de tais eventos, e a consistência na repetição e naturalização de certos padrões seja sintoma de um fenômeno muito mais complexo.

### 3 Metodologia e categorias de análise

Utilizando a Análise de Conteúdo quantitativa e qualitativa, para esta pesquisa foram utilizadas matérias dos três maiores jornais tradicionais do Brasil: O Globo, a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo (Estadão). Dessa forma, utilizamos as notícias para descortinar questões políticas e culturais de uma época, levando em consideração que elas podem levantar “hipóteses acerca do mundo político” (SCHUDSON, 1993, p.280), mas também acerca da forma como o próprio jornalismo vê o mundo. Nesse sentido, colunas de opinião, postagens de blogs vinculados aos jornais e editoriais não foram considerados.

Já em relação à seleção de matérias, focou-se estritamente naquelas que traziam detalhes sobre a cobertura internacional do impeachment de Dilma Rousseff. Como resultado, o *corpus* de análise foi composto por 18 matérias, recolhidas do período compreendido entre 2 de dezembro de 2015 e 13 de maio de 2016. Desse total, 5 eram do O Globo, 5 do jornal Folha de S. Paulo e 8 do O Estado de S. Paulo.

A partir dessas matérias, observamos algumas práticas que se repetiam na referência aos discursos e análises estrangeiros a respeito do conturbado processo de afastamento de Dilma Rousseff da presidência pela via do impeachment. Tais práticas chamam atenção não apenas pela recorrência, mas principalmente, pelos sentidos que as atravessam. Com efeito, é possível notar na produção do jornalismo brasileiro uma produção relacional no que diz respeito ao estrangeiro que parece reforçar o lugar subalterno do próprio jornalismo deste país.

Doravante, organizamos algumas categorias de análise no sentido de consolidar o argumento de que o caso da cobertura do impeachment revela indícios de subalternidade no pensamento jornalístico hegemônico no Brasil. A primeira categoria que apresentamos é a de “autoridade de fala”, que explicita a existência de vozes que são autorizadas a falar, quando se indica discursivamente espaço para as reflexões da “imprensa internacional”, ou “imprensa estrangeira”. Longe de refletir um equilíbrio entre as vozes de diversos lugares do globo, a imprensa internacional que é retratada nas páginas dos jornais analisados é, majoritariamente, norte-americana e europeia. Em seguida, propomos uma segunda categoria de análise, a “problematização do contexto”, que engloba questões de ordem discursivas voltadas para o posicionamento crítico - ou ao menos debatedor - do jornalismo brasileiro em relação às falas estrangeiras.

### 3.1 Autoridade de fala

Nesse contexto, não é apenas o lugar privilegiado que contam, na narrativa do jornalismo brasileiro, países como Estados Unidos, França, Inglaterra e Espanha, mas também o completo silenciamento de extensos territórios e culturas. O continente africano, por exemplo, não é referenciado em nenhuma das matérias, assim como também não há espaço para as narrativas vindas de países vindos da Europa oriental.

Este primeiro rastro a que nos referimos parece localizar de forma bastante clara uma fronteira no jornalismo brasileiro. Esta linha imaginária cercaria de legitimidade países do chamado “primeiro mundo” em detrimento de outros considerados menos desenvolvidos. Há, portanto, não apenas uma legitimação de certos locais, mas, um apagamento das opiniões e saberes de outros locais por meio do silenciamento.

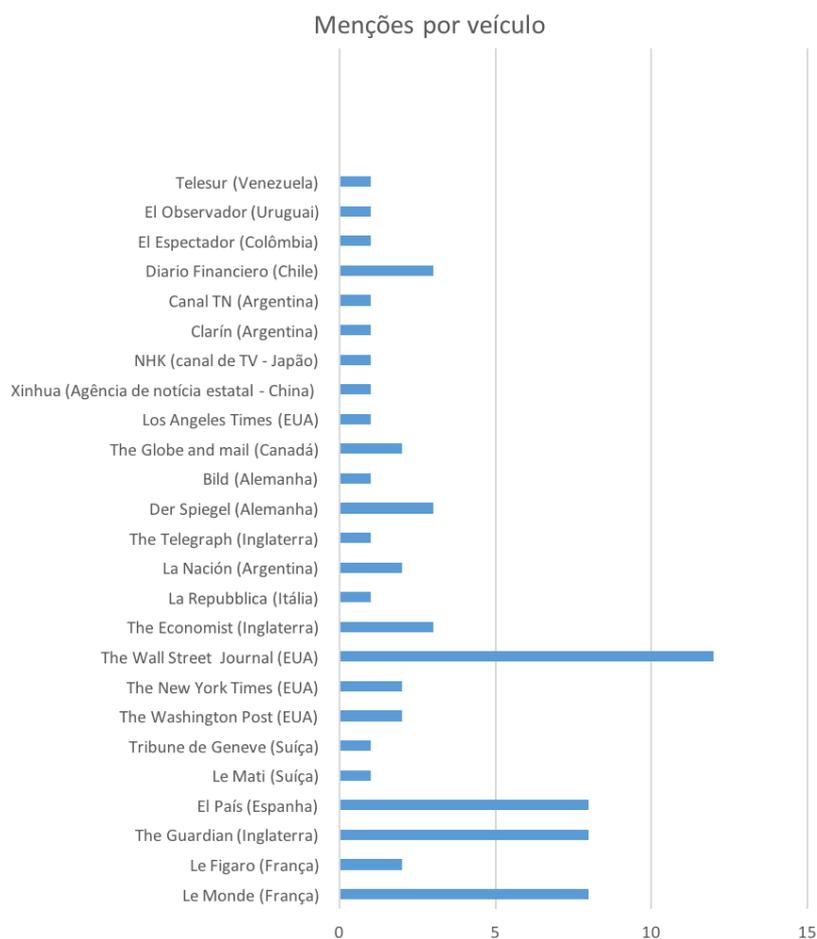
Se poderia argumentar que essas referências seguem encaminhamentos que se relacionam com o grau de importância de certos países para a economia brasileira, ou

mesmo que se destaque sua relevância pela influência que alguns países desempenham. Entretanto, acreditamos que essa linha de argumentação não seria capaz de explicar a exclusão de falas de todos os países da África e a inclusão de relatos vindos do Canadá e Suíça, ou mesmo da presença de mais de dois veículos de comunicação por país. Da mesma forma, a baixa representatividade de um parceiro político e comercial importante como a China, e de uma economia gigantesca como a do Japão, parecem reforçar o senso de exotismo que marca o oriente sob uma perspectiva ocidental, como lembra Said (1990). Ou seja, a partir da noção de imprensa internacional, segundo as matérias analisadas, delineia-se uma cartografia que articula uma peculiar visão de mundo. Essa visão, que resulta na possibilidade de categorizar essa maneira de enquadrar o mundo, é formada por alguns critérios, que sintetizamos a seguir:

- a. Interesses econômicos: este critério fica claro pelo privilégio de jornais oriundos tanto de países com fortes economias globais, como é o caso dos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, quanto relevantes parceiros regionais, como é o caso da Argentina, maior parceiro econômico na América do Sul. Isto também se verifica na presença de um jornal como o Financial Times, especializado em economia e de evidente base liberal. Este ponto nos leva a uma segunda questão, as afiliações ideológicas. Porém, a partir desse critério poderíamos pensar em importantes parceiros do Brasil, tais como Nigéria, que desempenha um papel importante nas relações econômicas, e países da África lusófona, como Moçambique e Angola, que são parceiros políticos relevantes; todos, no entanto, estão fora do mapa de “imprensa internacional” ao qual o jornalismo brasileiro se refere. O que torna a questão ainda mais intrigante é o fato de que todos esses países também acompanharam o processo de impeachment de Dilma Rousseff, destinando espaço em alguns de seus veículos mais importantes para o tema.
- b. Afiliações político-ideológicas: Não apenas critérios econômicos, mas também político-ideológicos, se manifestam na composição do “internacional” no jornalismo hegemônico no Brasil. Este critério parece fazer com que parceiros importantes do país, como a China, tenha apenas uma menção, ao passo que Chile e Venezuela, este último um parceiro regional importante, foram mencionados poucas vezes e com ressalvas, como pertencente a um grupo específico dentro da própria América do Sul. Este segundo critério parece

reforçar a afiliação do jornalismo brasileiro a um projeto de verdade diretamente relacionado a uma forma de poder. Nesta medida, jornais de países onde o capitalismo é considerado mais avançado, e possivelmente mais liberal, como é o caso do Canadá e da Suíça, são citados. Assim, o saber de uma nação europeia cuja relação com o Brasil é virtualmente irrelevante, se comparada à Rússia ou Venezuela, tem seu lugar privilegiado.

Tabela 1 – Menções por Veículo

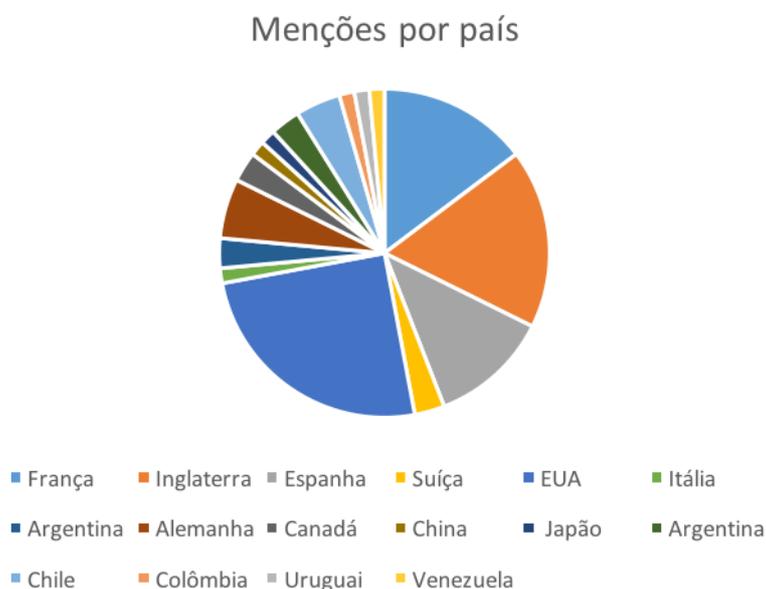


Fonte: Os autores (2020)

- c. Colonização cultural: Este último fator, ainda que diretamente relacionado com os dois primeiros, merece um especial destaque. Isto porque chama atenção nas manifestações coletadas a absoluta ausência de países cuja herança cultural foi determinante para a formação do pensamento brasileiro. Nos referimos aqui a Portugal e aos países Africanos, em particular aqueles que, como a Nigéria e

Angola, legaram uma herança para a cultura brasileira. Em ambos os casos (África e Portugal), matizes fundamentais para a formação da identidade brasileira são ignorados no jornalismo enquanto referências para o pensamento crítico sobre um evento importante no país. Por outro lado, países como os já citados Inglaterra e Estados Unidos, mas também França e Espanha, ocupam espaço relevante nos veículos brasileiros.

Tabela 2 - Menções por país



Fonte: Os autores (2020)

Ao apontar para tais critérios, desejamos apontar para uma rede de relações entre saber e poder que configuram o jornalismo como dispositivo a serviço de uma lógica colonial. O termo dispositivo é aqui adotado a partir de Deleuze (1990), para quem o conceito abriga relações entre poder e saber implicadas em processos de subjetivação. Assim, este jornalismo ao qual nos referimos no trabalho, contribui para o orquestramento de formas de pensar e sentir o mundo adequadas a um projeto colonial.

Reforçando esta perspectiva, apontamos para o aparente paradoxo criado pela *presença da ausência* de menções em relação aos veículos dos Estados Unidos. Disparado o país com mais referência nas narrativas estrangeiras sobre a situação brasileira (são 17 menções), o país recebe espaço na cobertura mesmo quando não menciona a crise política no Brasil. É o caso que se apresenta em matéria do O Globo,

em 18 de abril de 2016. Na ocasião, lê-se: “O impeachment, por exemplo, não deu a notícia entre as “breaking news” nas redes MSNBC e FoxNews. A CNN também não deu muito destaque ao tema”. Ou seja, no caso dos Estados Unidos, até mesmo a relevância do assunto para a pauta do país estrangeiro serve como referência para avaliar a crise no Brasil. Ao menos isto é o que parece indicar o trecho citado.

O caso dos Estados Unidos se mostra especialmente emblemático diante das categorias previamente traçadas. E não poderia ser diferente pois além de ter modelado uma refundação do jornalismo brasileiro, corresponde de forma exemplar aos critérios de relevância econômica, alinhamento político-ideológico e influência cultural admitida como relevante pelos veículos escolhidos para análise. Dito de outra forma, o vizinho do norte se apresenta como a quintessência do Outro espectral que define a imprensa brasileira. Diferentemente do Outro como diferente, que pode ser encarnado pela Venezuela, Rússia e China, ou ausente como os países da África, os Estados Unidos parecem ter sido escolhidos como o Outro que nos define. A régua segundo a qual um acontecimento não citado é, no mínimo, menos relevante se comparado àquele que fora mencionado. É, pois, nossa bússola da verdade, sempre a apontar para o norte.

Pensar o Outro no Brasil não poderia então ignorar a América Latina. Um rápido olhar sobre o tratamento dado ao continente mostra-se revelador. Observa-se aqui um lugar de fala secundarizado e setorizado. Primeiramente, por “secundarizado” entendemos que nenhum dos países deste eixo parece justificar a relevância que se apresenta em relação aos países centrais (EUA, Inglaterra, França e Espanha). Dos falantes de espanhol, por exemplo, é um veículo da Espanha que resguarda a condição de referência relevante para narrar a visão internacional da crise brasileira. A América Latina, quando aparece, tem menções a veículos da Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Venezuela, porém de uma maneira diferenciada, o que nos leva à questão da setorização.

Os países da América Latina que entram nas referências aos discursos de fora do Brasil, a exceção da Argentina, não são colocados no mesmo horizonte dos demais. Sob o enfoque de “países latinoamericanos”, “países sul-americanos” ou mesmo “aliados latinoamericanos”, aparecem as falas de países que não entraram na lista internacional. Mais uma vez aqui se vê desenhada uma fronteira imaginária que estabelece um “norte-global” em primeiro plano, uma América Latina que fala juntamente com a imprensa “internacional”, ainda que com menos voz, e por fim, o terceiro mundo. Novamente

reforçamos que estas fronteiras ignoram de forma absoluta a relação histórica do Brasil com o continente Africano e seus saberes. O resultado é que não só alguns são mais autorizados a falar do que outros, mas que suas falas são mais relevantes de serem destacadas, acolhidas e repassadas do que as de outros. Em outras palavras, algumas falas são colocadas em condição de referência, outras estão autorizadas a existir ao passo em que algumas sequer tem este reconhecimento.

### 3.2 Problematização do contexto

Esta segunda categoria que analisamos, refere-se a uma prática que, além de ter se tornado comum no jornalismo brasileiro, ainda detém um status indicador de profissionalismo. Estamos nos referindo ao fato de todas as matérias se isentarem de fazer qualquer tipo de argumentação - pró ou contra - as perspectivas que estão sendo apresentadas nos jornais. Ao agir dessa maneira, defendemos, o jornalismo brasileiro se coloca como replicador de ideias, sem qualquer preocupação em explicar, criticar ou mesmo refutar algumas das afirmações que são feitas por expectadores “de fora”.

Em 1992, na ocasião do impeachment do então presidente Fernando Collor, esse tipo de omissão também se tornou a regra, ao se referir aos posicionamentos internacionais. Exemplo disso pode ser visto nas edições da época da Folha de S. Paulo, em que o jornal destaca o que veículos de outros lugares do globo falaram sobre o impeachment do então presidente Fernando Collor. Em um espaço chamado “Multimídia”, a Folha apresentava trechos de matérias de jornais estrangeiros, apenas fazendo sua devida tradução.

Podemos então refletir sobre as implicações que surgem dessa recorrente isenção, em situações de crise. Primeiramente, acreditamos que essa postura pode estar relacionada com a autoimagem que o jornalismo brasileiro ainda tenta construir. Ou seja, a de que a sua credibilidade perpassa pelos ideais perseguidos desde a modernização do jornalismo, como explicamos no início deste trabalho. Por si só, sendo a própria modernização do jornalismo brasileiro uma tentativa de se aproximar a um modelo de exercício jornalístico praticado nos Estados Unidos, essa crença já poderia nos servir como respaldo para a latente subalternidade que buscamos evidenciar.

Como um segundo ponto a ser avaliado, e ainda mais relevante, essa postura pode ser entendida como um indício de subalternidade na medida em que o jornalismo

brasileiro parece abrir mão de seu protagonismo como observador e narrador das questões internas de seu país. Isso nos remete à questão posta por Albuquerque (2000), de que o jornalismo brasileiro, ao adaptar o ideal norte-americano de Quarto Poder ao seu contexto específico, acaba exercendo o papel de Poder Moderador. De acordo com o autor, nessa posição o jornalismo brasileiro interpretaria, inconsciente e não necessariamente de forma ativa, um poder de vigília e arbítrio. Exercício este análogo à ideia de Poder Moderador do período imperial brasileiro. Assim, mais do que “contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para, em casos de disputas entre eles, intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública” (ALBUQUERQUE, 2000, p.43).

Essa se torna uma questão relevante, na medida em que o jornalismo brasileiro se apresenta de forma bastante diferente nos domínios de seu território, ao tratar de suas questões domésticas. Em outras palavras, sugerimos que a subalternidade, neste caso, está associada ao comportamento duplo que o jornalismo brasileiro apresenta: de um lado, ao tratar de fontes internas, adotando uma postura crítica; de outro, lidando com fontes internacionais, cumprindo um papel meramente transcritivo.

### **Considerações finais**

Como exemplo emblemático da dimensão problematização aqui proposta lembramos o desdobramento da reportagem assinada por David Miranda no jornal “The Guardian”. No texto de David, o noticiário britânico adota tom crítico em relação ao sistema de mídia brasileiro e cita de forma expressa as Organizações Globo. Surpreendente, contudo, foi a reação do grupo de mídia brasileiro que, através de vice-presidente João Roberto Marinho, solicitou ao jornal britânico o direito de resposta no diário inglês. Como resposta, o The Guardian publicou o texto de Marinho na área de comentários do site do jornal. Uma imagem alegórica da percepção de cada uma das partes em relação a seus papéis, bem como da situação marginal assumida por uma parcela (hegemônica) da mídia brasileira.

Embora o caso em particular não seja objeto de nossa análise, entendemos que se trate de uma manifestação bastante emblemática da localização subalterna adotada pela mídia brasileira. Afinal, na disputa de narrativas o grupo de mídia brasileiro, na

figura de seu vice-presidente, optou por levar o debate ao jornal que o criticara, em um movimento que entendemos como reconhecimento de uma posição mais elevada do jornal britânico, rastro colonial. Do mesmo modo, o posicionamento do The Guardian indica o não reconhecimento do “direito de resposta” solicitado pelo grupo Globo, um silêncio expressivo. É nessa relação entre rastros e silêncios que buscamos desenvolver nossa análise.

Igualmente, na relação entre o que foi expresso nos jornais brasileiros a respeito da mídia estrangeira e o que neles se optou por ignorar, encontramos uma topologia que fornece pistas sobre a relação de setores hegemônicos imprensa nacional com as relações de saber e poder representadas pelo estrangeiro. Se por um lado uma aproximação com o grupo de jornais prestigiados, sobretudo dos Estados Unidos, é bastante desejada e serve como fundamentação de várias reflexões, por outro lado países latinos e periféricos na Europa, Ásia e Oceania são ignorados. Ainda mais grave é o aparente esquecimento da África enquanto um possível lugar de construção de saber, de perspectivas enriquecedoras a respeito da crise política que atravessa este país.

Notar que países com os quais compartilhamos o idioma são completamente excluídos da formação das matérias no Brasil em um caso de tamanha relevância parece evidência substancial do caminho escolhido pelos jornais situados no eixo Rio-São Paulo, os mais poderosos e de maior alcance neste país. Esse olhar, conforme indicam os rastros que coletamos, parece focado na busca de um horizonte distante. Lá, perdemos muito, sobretudo a nós mesmos.

## Referências

ALBUQUERQUE, A. **Um outro "Quarto Poder"**: imprensa e compromisso político no Brasil. Revista Contracampo, n.04, 2000.

BARBOSA, M. “Imprensa e poder no Brasil pós-30”. In: **Em Questão**, v.12, n.2, 2007.

COMAROFF, J. e CLAUDIO, L. **Conversations on the global south**: thoughts on theorizing from the south. An Interview with John Comaroff. Social Transformations v.3, n.1, 2015.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Editora Vozes, 1972.

GAGNEBIN, J. M. **O rastro e a cicatriz**: metáforas da memória. Campinas: Revista Pro-Posições, v. 13, n.3, 2006.

LEVANDER, C. e MIGNOLO, W. **Introduction**: the global south and world dis/order. The Global South, v. 5, n.1, 2011.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina**: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2003.

RIBEIRO, A. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHUDSON, M. “A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão”. In: TRAQUINA, N. (Ed.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.